

Credor exige acordo com FMI até novembro

HELIVAL RIOS

O Governo brasileiro tem até novembro para fechar, em definitivo, um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), sujeitando-se, como de praxe, e um monitoramento daquela instituição. Este verdadeiro **ultimatum** foi transmitido ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, pelo presidente do comitê assessor dos bancos credores do Brasil no exterior, William Rhodes.

Este recado, tido como o principal emitido pela comunidade financeira internacional, foi repetido por Rhodes em quase todos os encontros que manteve na sua visita ao Brasil.

Mesmo com uma grande aceitação, hoje, dos bancos que respondem por 88,5% dos créditos com o Brasil, o acordo da dívida externa brasileira pode retornar à **estaca zero** se até novembro não se formalizar um acordo com o FMI.

A maioria dos credores externos está disposta a aceitar os termos da negociação colocados à mesa pelo Brasil, destinando um mínimo de 35% dos créditos para o bônus com desconto e um máximo de 40% para o bônus ao par. A Argentina conseguiu 65% para bônus ao par e os restantes 35% para o bônus com desconto, que tem um impacto mais direto na redução do estoque da dívida externa.

Considera-se até aqui, portanto, que o Brasil obteve uma grande vitória na negociação com os banqueiros, conseguindo impor um **cardápio** atraente para o País, em termos de opções de troca de dívida antiga por títulos novos com garantias (as outras opções da negociação brasileira são os bônus com redução temporária de juros, que até a última posição vinham recebendo uma preferência de 8,3% dos créditos;

os bônus de capitalização, com 18,4%; **new money**, com 5,93%, e as opções de reestruturação, com 0,01%).

Todo este trabalho que o País vem desenvolvendo até aqui para impor o seu **cardápio** numa renegociação com prazo de 30 anos para um estoque principal de dívida de US\$ 53 bilhões (mas com a parte substancial da negociação incidindo sobre US\$ 36 bilhões) pode ficar perdido se não for fechado um acordo com o FMI, sinalizam os banqueiros.

A missão do Fundo deverá chegar ao País após o dia 20 deste mês, para retornar às negociações. Os técnicos farão um amplo rastreamento das contas do Governo brasileiro, com quem discutirão principalmente a fixação de metas para o combate à inflação (meta implícita), realização do superávit primário e redução do déficit operacional (metas explícitas).

A partir da formalização do acordo, uma nova missão do Fundo virá a cada três meses para verificar o cumprimento das metas acertadas.

Apesar da inflação ascendente e superior a 30%, e da crise política, técnicos do Ministério da Fazenda acreditam que o Governo brasileiro possa chegar a um entendimento com o FMI antes do prazo dado pelos banqueiros — talvez entre o fim de setembro e até outubro. Tudo vai depender do quanto o Governo está disposto a avançar em termos de medidas concretas de redução de despesas e recomposição das suas receitas, da administração direta e da indireta, e também de estados e municípios. A formalização de um acordo com o Fundo também dará ao Brasil acesso a um crédito (**stand by**) de US\$ 2,1 bilhões, dessa entidade.